

Economia*Brasil*

O empresariado se dá conta de
que deve encontrar mecanismos capazes de
auto-regular a atividade econômica

A Fiesp já articula amplo pacto político

O estabelecimento de um amplo pacto político envolvente todos os setores da iniciativa privada — indústria, comércio e financeiro — está sendo articulado pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. A viabilização deste acordo será o prato principal do almoço que será realizado na próxima quarta-feira, na sede da Fiesp, reunindo 200 dos maiores líderes empresariais do País. Durante o encontro, deverá ser elaborado um documento considerado histórico que defende a tese de que o empresariado brasileiro deve encontrar mecanismos capazes de auto-regular atividade econômica, permitindo que o Brasil chegue às eleições presidenciais sem o risco de um completo descontrole da economia e a consequente explosão inflacionária.

A idéia de firmar este acordo, explicou uma fonte da Fiesp, surgiu durante o jantar realizado na Granja do Torto, em Brasília, na última segunda-feira, que reuniu à mesa o presidente José Sarney, Mário Amato e o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. No encontro, Sarney confidenciou que o governo está fazendo tudo o que é possível para evitar a hiperinflação, mas que todo este esforço será inútil se o setor privado não tomar a iniciativa

de colaborar e criar mecanismos eficientes, no sentido de evitar os reajustes excessivos de preços.

Diante dessa situação, Mário Amato chegou à conclusão de que é preciso fazer alguma coisa. No entanto, o presidente da Fiesp descartou de imediato qualquer iniciativa no sentido de viabilizar um novo pacto social, entre empresários, trabalhadores e governo, nos moldes do que foi tentado no final do ano passado e que contou com a participação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros.

De acordo com diretor-presidente de um dos maiores conglomerados industriais e que está envolvido nesta articulação, a idéia é de que sejam estabelecidos instrumentos reguladores para preços e custos financeiros, os quais serão controlados pelas próprias entidades empresariais. Um ponto, de qualquer forma, está fora de cogitação: a promoção de um novo congelamento de preços e salários. "Se estivéssemos pensando num novo choque econômico deixaríamos que o próprio Governo estabelecesse as regras" — ponderou a fonte. "O que desejamos é implementar um programa de emergência, baseado na auto-regulação de mercado, que evite a hiperinflação, como ocorreu na Argentina."



Amato articula pacto empresarial contra o desgoverno